

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

João Vinicius Soares Neis

**Evidenciação Contábil e Análise Econômico-Financeira: Um estudo nos clubes da  
Federação Paulista**

Florianópolis

2021

João Vinicius Soares Neis

**Evidenciação Contábil e Análise Econômico-Financeira: Um estudo nos clubes da  
Federação Paulista**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências  
Contábeis do Centro Socioeconômico da Universidade  
Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Contábeis  
Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba.  
Coorientador: Prof. Fabio Minatto.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Neis, João Vinicius Soares

Evidenciação Contábil e Análise Econômico - Financeira :  
Um estudo nos clubes da Federação Paulista / João Vinicius  
Soares Neis ; orientador, José Alonso Borba, coorientador,  
Fábio Minatto, 2021.

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis,  
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Evidenciação Contábil. 3.  
Análise desempenho econômico-financeiro. 4. Clubes de  
Futebol. I. Borba, José Alonso. II. Minatto, Fábio. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Contábeis. IV. Título.

João Vinicius Soares Neis

**Evidenciação Contábil e Análise Econômico-Financeira: Um estudo nos clubes da  
Federação Paulista**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de  
‘Bacharel’ e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis

Florianópolis, 10 de Setembro de 2021.

---

Profa. Viviane Theiss, Dra.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
Jose Alonso Borba  
Data: 20/09/2021 17:37:49-0300  
CPF: 464.907.879-20  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. José Alonso Borba, Dr.  
Orientador  
Instituição UFSC



Documento assinado digitalmente  
Denize Demarche Minatti Ferreira  
Data: 20/09/2021 17:42:24-0300  
CPF: 898.985.407-53  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Profa. Denize Demarche Minatti Ferreira, Dra.  
Avaliadora  
Instituição UFSC



Documento assinado digitalmente  
Fabio Minatto  
Data: 20/09/2021 17:32:25-0300  
CPF: 044.320.419-51  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Fábio Minatto  
Avaliador  
Instituição UFSC

Dedico primeiramente a Deus, por proporcionar mais uma vitória na minha vida. Aos meus pais João Valmir Neis e Eliziane Noeli Soares, que sempre lutaram pelo meu futuro e me deram forças para buscar meus objetivos, a minha namorada Sheila Gomes pelo carinho e amor, e a todos os meus familiares e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre está comigo me dando forças, sabedoria e ânimo para enfrentar meus desafios e conquistar o que almejo. Agradeço aos meus pais, João Valmir e Eliziane, pelo amor, paciência, incentivo, e pela luta para que eu realizasse esse sonho, sempre me dando forças para não desistir. Obrigado por serem esses pais maravilhosos! A minha namorada Sheila Gomes pelo carinho, amor e paciência comigo, e a todos da minha família pelo apoio e ajuda prestada.

Agradeço a meu orientador Professor Dr. José Alonso Borba e Coorientador Fábio Minatto, pelos ensinamentos, pela dedicação, pelo auxílio, pela confiança e paciência comigo. A UFSC pela oportunidade de estar em uma ótima universidade e pelo conhecimento concedido. E a todos os professores que tive durante minha graduação.

Agradeço a todos os meus amigos, os de infância e aqueles que conheci em decorrer da graduação, pelos bons momentos compartilhados, pela compreensão, pelo apoio e pela parceria. Vou levar todos vocês sempre no meu coração.

Muito obrigado a Todos!

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a evidenciação e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol participantes do Campeonato Paulista. A amostra da pesquisa compõe os 48 clubes que participaram da série A1, A2 e A3 da Federação Paulista de Futebol no ano de 2019. Foram analisados os anos de 2013 a 2019. Para medir o nível de evidenciação, utilizou-se um checklist desenvolvido em concordância ao preconizado pela ITG 2003 R1, a partir da divulgação das demonstrações contábeis dos clubes. Para analisar o desempenho econômico-financeiro foram utilizados itens como receita bruta, resultado líquido do exercício, retorno sobre o ativo e endividamento. Com relação aos achados da pesquisa, constatou-se que o demonstrativo menos evidenciado por todos os clubes no período estudado foi a DRA. Os demonstrativos mais divulgados, em média, foram os BP, DRE e DMPL. A partir dos dados coletados, concluiu-se que a média, nos sete anos analisados, do nível de evidenciação dos clubes da série A1 foi de 27,50%, sendo a da série A2 de 11% e série A3 de 10%, o que leva à apresentação de um índice de evidenciação médio relativamente baixo. Além disso, encontrou-se evidências de que os clubes melhores classificados com relação a sua série tenderam a um maior percentual de nível de evidenciação das demonstrações e, no que compete à comparação entre a receita e o nível de evidenciação, percebeu-se uma possível associação, visto que as maiores receitas dos clubes analisados, tenderam a associar-se a um maior nível de evidenciação.

**Palavras-chave:** Evidenciação. Desempenho Econômico-financeiro. Clube de futebol.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nível de Evidenciação por tipo de Demonstrativo por série .....	32
Figura 2 - AT e PL médios.....	39
Figura 3 - Percentual médio de Endividamento.....	42



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1–Principais Aspectos normativos das entidades desportivas.....	19
Quadro 2 – Composição da Amostra .....	27
Quadro 3 – Checklist utilizado para avaliação dos itens .....	28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de Evidenciação de itens do BP .....	32
Tabela 2 - Nível de Evidenciação de itens da DRE.....	33
Tabela 3 - Nível de Evidenciação de itens das Notas Explicativas .....	34
Tabela 4- Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação dos clubes por ano .....	35
Tabela 5- Nível de evidenciação dos clubes por ano.....	36
Tabela 6 – Análise Desempenho Econômico-Financeiro.....	39

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Ativo Total
BP	Balanco Patrimonial
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FPF	Federação Paulista de Futebol
IBRACO	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ITG	Instrução Técnica Geral
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PL	Patrimônio Líquido
RE	Resultado do Exercício
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>ORDENAMENTOS LEGAIS RELACIONADOS ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>CONCEITO DE EVIDENCIAÇÃO (DISCLOSURE) .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ESPORTIVO EM CLUBES DE FUTEBOL .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4</b>	<b>ESTUDOS CORRELATOS .....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>ENQUADRAMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2</b>	<b>POPULAÇÃO E AMOSTRA .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>3.4</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>29</b>
<b>3.4.1</b>	<b>Nível de Evidenciação.....</b>	<b>29</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Análise de Desempenho Econômico-Financeiro .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Geral.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Por Clubes.....</b>	<b>35</b>
<b>4.2</b>	<b>DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO .....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O futebol está em constante evolução ao longo dos anos. O fato que marcou o início deste desenvolvimento foi o crescimento da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e a transformação da Copa do Mundo no evento mais assistido do mundo. Com isso, o futebol passou a ser encarado para além do esporte, como uma oportunidade de negócio (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008). A evolução do futebol como negócio fez com que os clubes se organizassem como empresas, não restando, portanto, mais espaço para amadorismo. Neste aspecto, Rezende e Dalmácio (2015, p. 106) comentam que clubes de futebol deveriam ser gerenciados como empresas (gestão profissional) e seus torcedores deveriam ser tratados como clientes.

Devido à grande paixão nacional que é o futebol, o esporte é o mais popular no Brasil, e a sua exposição para o mundo acabou gerando uma imensa cadeia econômica que é sustentada pelos clubes, atletas, entidades reguladoras e pelos torcedores. Essa cadeia econômica movimenta bilhões de reais todo ano no Brasil. Segundo estudo realizado pela BDO (2014), somados apenas os 24 clubes, sendo os vinte integrantes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol disputado em 2013 e os quatro restantes, sendo os melhores da segunda divisão no mesmo ano, chega-se a um montante de receitas total de R\$ 3.270.000.000,00 (três bilhões duzentos e setenta milhões de reais).

Dahlbäck e Lind (2016) relatam que de 1996 a 2014 a receita dos clubes de futebol europeu aumentou 500%, entretanto o lucro operacional foi praticamente inexistente. Devido à essa diferença entre altas receitas e poucos lucros, Russano e Marino (2007) destacaram que o problema financeiro dos clubes pode estar relacionado à gestão amadora, bem como o declínio do público no estádio às transmissões televisivas.

Conforme as receitas dos clubes de futebol foram aumentando, principalmente em decorrência das negociações de jogadores, o Estado passou a intervir na forma como os clubes eram dirigidos, e em 1998 foi criada a Lei Pelé (Lei 9.615) com a finalidade de dar maior transparência a essas negociações, inclusive no que compete à prestação de contas (CORDEIRO, 2014).

Com relação às informações sobre recursos financeiros, discussões sobre a viabilidade econômica de alguns clubes, o elevado endividamento, a falta de controle financeiro e os problemas de governança corporativa, alertando para a relevância e a necessidade de informações contábeis nessas entidades têm mobilizado a imprensa esportiva (SILVA;

TEIXEIRA; NIYAMA, 2008). Nesse sentido, Rezende e Custódio (2012) destacam que, como requisito para importantes mudanças no desenvolvimento organizacional, econômico e financeiro dos clubes brasileiros, deve-se aumentar a qualidade na evidenciação contábil dos clubes.

O investimento financeiro e social no esporte coloca níveis mais altos de expectativa sobre aqueles que estão envolvidos dentro e fora do campo (SHERRY; SHILBURY; WOOD, 2007). Dessa forma, uma evidenciação de qualidade contribui para a confiabilidade das demonstrações contábeis, e estudar a evidenciação se torna ainda mais interessante principalmente a partir de 2013, em que a harmonização com as normas internacionais das demonstrações contábeis das entidades desportivas foi abrangida pela ITG 2003 R1 e, possivelmente, tornou-as mais comparáveis. Além disso, a falta de padronização das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, dificulta a comparabilidade, interpretação dos registros contábeis e, conseqüentemente, a avaliação do patrimônio das entidades de futebol (RIBEIRO; FILHO, 2010).

Com isso, buscando uma maior padronização, a ITG 2003 R1 entrou em vigor. Tornando necessário analisar os clubes se estão ou não seguindo a padronização, utilizando um período temporal que vigora a legislação e uma amostra dos clubes do Campeonato da Federação Paulista de Futebol (FPF) das Séries A1, A2 e A3.

A FPF, fundada em 22 de abril de 1941, é a entidade máxima do Futebol no Estado de São Paulo. Com sua matriz na cidade de São Paulo, no bairro da Barra Funda, organiza todos os torneios oficiais que envolvam as equipes do Estado, como o Campeonato Paulista, Copa São Paulo de Juniores, principal competição da categoria no país, e Copa Paulista de Futebol (FPF, 2021).

A FPF é composta por 48 clubes e, no ano de 2019, foram realizadas um total de 3.807 partidas nas 18 competições organizadas. Neste mesmo ano, apresentou receitas operacionais na faixa de R\$ 55 milhões e um superávit de R\$ 653 mil (FPF, 2021).

As pesquisas anteriores focam na legislação revogada, e poucas associam sua evidenciação ao desempenho econômico-financeiro. Como diferencial, esse estudo busca verificar se há relação entre a evidenciação e o desempenho econômico-financeiro, com o intuito de observar se as entidades desportivas com maior evidenciação tendem a ter um desempenho econômico-financeiro melhor.

Várias leis e normas foram criadas com o intuito de melhorar a evidenciação contábil dos clubes, como a Lei nº. 8. 672/93 (Lei Zico), revogada pela Lei nº. 9.615/98 (Lei Pelé), que,

por sua vez, foi alterada pela Lei nº. 10.672/03 e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 10.13 (NBC T 10.13), aprovada pela Resolução emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.005/04 (HOLANDA et al., 2011).

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. A mesma, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008, tem por objetivo atualizar a lei 6.404/76 objetivando possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (RIBEIRO; FILHO, 2010).

Dentre as alterações provocadas pela Lei 11.638/07 aplicáveis aos clubes de futebol estão a substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa; Criação do subgrupo de Intangível, no ativo não circulante; o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações; Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo do clube (“*impairment*”); Avaliação e conclusão pela não necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente (AVP), para os ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo quando aplicável (RIBEIRO; FILHO, 2010).

Devido as mudanças no panorama contábil provocadas pela Lei nº. 11.638/07 e a busca por padronização e comparabilidades entre Demonstrações Contábeis dos clubes de futebol brasileiro, o CFC, por meio da Resolução CFC nº. 1.429/13, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Instrução Técnica Geral 2003 (NBC ITG 2003), a qual estabelece procedimentos e critérios específicos de estruturação das Demonstrações Contábeis e avaliação de registros das entidades de práticas desportivas profissionais. Revogando, assim, a Resolução CFC n.º 1.005/04 e aplicando-se aos exercícios iniciados a partir do dia primeiro de janeiro de 2013 (FERREIRA; DONATO, 2014).

Após a publicação da resolução, estudos como o de Figueiredo, Dos Santos e Da Cunha (2017), Segal, Prado e Silva (2015), Oliveira Junior et al. (2015), Mayer (2017) e Gomes Junior (2018) sobre o nível de evidenciação contábil foram realizados para avaliar a adequação das publicações dos clubes às exigências da norma.

Já pesquisas como Silva, Teixeira e Niyama (2008), Cordeiro (2014), Lemos Umbelino et al. (2019) e Leite e Pinheiro (2014) buscaram entender a relação entre evidenciação e resultado esportivo e/ou econômico-financeiro.

Neste cenário, a pesquisa questiona: Qual o nível de evidenciação dos Clubes da Federação Paulista de Futebol no que diz respeito aos aspectos relacionados a ITG 2003 no período de 2013 a 2019?

## **1.1 OBJETIVOS**

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste TCC.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

O presente estudo tem como objetivo analisar a evidenciação contábil e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol participantes do Campeonato Paulista.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

Para atingir o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os itens de divulgação exigidos pela ITG 2003 dos Clubes de Futebol participantes do Campeonato Paulista;
- b) Calcular o nível de aderência à ITG 2003 pelos Clubes participantes do Campeonato Paulista;
- c) Analisar o desempenho econômico-financeiro dos Clubes de Futebol participantes do Campeonato Paulista;



## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 ORDENAMENTOS LEGAIS RELACIONADOS ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS

Na década de 1990, o investimento privado no esporte internacional aumentou, sendo necessário adequar a legislação brasileira a esta nova perspectiva (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008).

A Lei nº. 8.672/1993, conhecida como a Lei Zico, estabeleceu regras gerais para o esporte compatíveis com o contexto econômico, como a proibição da intervenção estatal. Contudo, o fato principal da nova lei foi a facultação das entidades esportivas comerciais transformarem-se em entidades comerciais com fins lucrativos. Os dirigentes não acataram muito bem a lei, pois a inclusão desse novo conceito eliminaria uma série de benefícios fiscais que o clube possui (LEMOS UMBELINO et al., 2019; SILVA; CARVALHO, 2009).

Estudo como o de Lemos Umbelino et al. (2019) ressalta que mesmo com a resistência dos diretores dos clubes em cumprir a Lei Zico, a mesma foi promulgada, o que foi um marco importante na mudança da estrutura dos clubes, assim como a extinta a figura de passe dos atletas, que causou impacto financeiro significativo nos clubes devido à perda de receitas. Outro fator importante tratado foi a possibilidade de transformação dos clubes em empresas, exigindo assim um maior profissionalismo da gestão. O prazo estabelecido para a adaptação foi de até dois anos.

Este período de adaptação gerou muita insatisfação com os diretores. Para minimizar conflitos, a Lei nº. 9.940/99 ampliou o prazo para três anos e foi promulgada. Posteriormente, sob pressão das lideranças, foi promulgada a Lei nº. 9.981/00, que alterou a Lei Pelé e apenas facultou a transformação da empresa (SALGADO; REZENDE; DALMACIO, 2008).

Conforme apontaram Silva e Carvalho (2009), os líderes mais uma vez se recusaram alterar a forma jurídica dessas entidades porque as utilizavam para atender a seus interesses pessoais, como por exemplo, para fins eleitorais. Desta forma, era conveniente mantê-los como entidades sem fins lucrativos.

Em 2003, foi sancionada a Lei nº. 10.672/03, conhecida como a Lei da Moralização do Futebol, que alterou alguns dispositivos da Lei Pelé, incluindo a inserção dos princípios da transparência financeira e administrativa. Seguindo esse princípio, o clube passou a ter a obrigação de elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras após auditoria independente nos termos da Lei nº. 6.404/76 (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008). Os clubes de futebol

passaram então a divulgar suas demonstrações financeiras auditadas para garantir a confiabilidade das informações divulgadas (HOLANDA et al., 2011).

Inicialmente, as demonstrações financeiras dos clubes não eram comparáveis devido à falta de uniformidade das informações nelas contidas (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008). Por isso, com o intuito de aumentar a transparência nas demonstrações financeiras dos clubes de futebol, o CFC publicou a Resolução nº. 1.005/04, aprovando a NBC T 10.13 sobre critérios específicos de registro e evidenciação contábil de entidades esportivas, com o objetivo padronizar os procedimentos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais, em especial àqueles aplicáveis às entidades de futebol profissional (BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2007; REZENDE; CUSTÓDIO, 2012)

No ano de 2006, o Ministério do Esporte, em conjunto com o Clube dos 13, e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), criou uma Cartilha de Padronização de Práticas Contábeis para os clubes de futebol profissional, que trata sobre vários aspectos do procedimento contábil acerca dos jogadores de futebol profissional, destacando-se o registro no ativo do gasto de formação de atletas, o controle desses gastos por parte dos clubes, a transferência de atletas da condição de amadores para profissionais e a amortização do valor contábil dos jogadores em função do tempo de contrato. (PRADO; SILVA, 2014)

Em 2015, foi promulgada uma nova lei sobre entidades de futebol profissional. Trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE, Lei nº. 13.155/15), que estipula os princípios e práticas das responsabilidades fiscais, financeiras e de gestão, bem como a forma de parcelamento de tributos à liga a partir da criação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), visando promover a gestão transparente, democrática e o equilíbrio financeiro das entidades esportivas do futebol profissional. O prazo para adesão pelos clubes optantes ao PROFUT era, inicialmente, até 30 de novembro de 2015, mas a Lei nº 13.262 (2016) prorrogou o prazo até 31 de julho de 2016. (LEMOS UMBELINO et al., 2019).

A NBC T 10.13 foi revista e atualizada, gerando a ITG 2003, aprovada em janeiro de 2013 pela resolução CFC 1.429/2013, e no dia 24 de novembro de 2017 foi aprovada a sua atualização, passando a ser ITG 2003 (R1). A Interpretação Técnica Geral 2003 (R1) estabelece os critérios específicos de avaliação, de registros contábeis e estrutura das demonstrações das entidades de práticas desportivas profissionais e não profissionais.

Quadro 1- Principais Aspectos normativos das entidades desportivas

Legislação	Principais Aspectos
Lei nº. 9.615/ 98 - Lei Pelé	Fim do passe livre. Transformação dos clubes em empresas.
Lei nº. 8.672/1993 - Lei Zico	Proibição da intervenção estatal. Facultação das entidades esportivas comerciais transformaram-se em entidades comerciais com fins lucrativos
Lei nº. 9.940/ 99	Ampliou para três anos o prazo para transformação dos clubes em empresas.
Lei nº. 9.981/00	Alterou a Lei Pelé e apenas facultou a transformação da empresa.
Lei nº. 10.672/03- Lei da Moralização do Futebol	Inserção dos princípios da transparência financeira e administrativa.
Resolução nº. 1.005/04 - CFC	Aprovação da NBC T 10.13 sobre critérios específicos de registro e evidenciação contábil de entidades esportivas.
Lei nº. 13.155/15 - Lei da Responsabilidade Fiscal	Princípios e práticas das responsabilidades fiscais, financeiras e de gestão, bem como a forma de parcelamento de tributos à liga a partir da criação do PROFUT

A NBC ITG 2003 (R1) contém 17 itens e está segregada em cinco seções: objetivo, alcance, registros contábeis, controles de gastos com formação de atletas e demonstrações contábeis. Conforme item 16 da referida norma, as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pelas entidades desportivas, são: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado; (iii) Demonstração do Resultado Abrangente; (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e (vi) Notas Explicativas (CFC, 2013).

Com tantas mudanças na gestão do futebol, questiona-se se as novas legislações foram efetivas para aumentar a eficiência dos clubes, aumentando o nível de evidenciação, profissionalização e do esporte, otimizando seu desempenho financeiro e esportivo. Aprofunda-se, portanto a necessidade de um maior conhecimento das finanças dos principais clubes do país, para medir os impactos dessas mudanças na gestão e nos resultados apresentados pelos clubes.

## 2.2 CONCEITOS DE EVIDENCIAÇÃO (DISCLOSURE)

O principal objetivo da contabilidade é a geração de informações relevantes, úteis e precisas, sendo utilizadas por diversos usuários, servindo como base para tomada de decisões. Tais informações são unificadas em relatórios, a partir dos quais as empresas criam as suas demonstrações contábeis, que têm a finalidade de apresentar ao público interessado a situação econômica e financeira dela. (DALMÁCIO; PAULO, 2004).

Segundo Neto (1998, p. 10) “o conhecimento é fator primordial para que se possa tomar alguma decisão. Esse conhecimento se dá através de informações e da forma pela qual elas são evidenciadas”. Aquino e Santana (1992, p. 15) descrevem evidenciação como sendo “divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado”.

O disclosure busca a transparência das informações contábeis e de gestão, principalmente daquelas capazes de gerar mais riscos e impactos nos negócios (COVA, 2008). A evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade para com os seus usuários, tendo como objetivo demonstrar a real situação financeira e patrimonial de uma entidade. (IUDICIBUS, 2009).

Alguns autores definem a evidenciação ou Disclosure como processo de fornecer informações claras e suficientemente detalhadas para que os leitores das demonstrações financeiras possam compreender melhor a entidade, especialmente no que tange as atividades realizadas, os riscos enfrentados, os aspectos patrimoniais e situação financeira, a eficácia da gestão, os recursos disponíveis e o futuro potencial de resultados (DANTAS; ZENDERSKY; NIYAMA, 2005; FALCÃO, 1995; PROCIANOY; ROCHA, 2002).

Essa disponibilidade de informações ocorre através da evidenciação de relatórios corporativos que podem englobar tanto informações exigidas por lei quanto voluntárias, quantitativas ou qualitativas, positivas ou negativas (OLAK ALVES CRUZ; SAMPAIO FRANCO DE LIMA, 2010).

O estudo de Hendriksen e Breda (2009) segrega em três os conceitos de divulgação geralmente propostos: adequada, justa e completa. A divulgação adequada seria aquela que pressupõe um volume mínimo de informações compatível com o objetivo de tornar as demonstrações confiáveis. A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os usuários da informação. E a divulgação completa pressupõe a apresentação de todas as informações relevantes.

Pesquisa como de Silva e Carvalho (2009) defende que é função da Contabilidade fornecer informações que evidenciem a situação dos clubes de futebol e que atendam a expectativa de usuários e investidores na avaliação do desempenho financeiro e operacional desse tipo de organização.

Alguns estudos realizados mostram que a preocupação dos clubes de futebol em evidenciar as informações contábeis é recente (BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2007; HOLANDA et al., 2011; MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013; REZENDE; CUSTÓDIO, 2012; SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008).

Historicamente, pelo fato desses clubes serem constituídos na forma de entidades sem fins lucrativos, não se via, por parte dos dirigentes dos clubes, disposição em melhorar o nível de disclosure de suas demonstrações, visto que poderia trazer problemas futuros à entidade como serem descobertas as deficiências de gestão e prováveis fraudes financeiras camufladas pela popularidade dos clubes de futebol no Brasil (PRADO; SILVA, 2014).

No Brasil, os clubes de futebol precisam criar condições favoráveis à entrada de investidores privados. Aragaki (2002, p. 1) utilizou a atratividade do investidor como alternativa aos clubes brasileiros e enfatizou a importância da evidenciação contábil. Neste caso, mais do que nunca, a boa transparência dos dados contábeis estabelecerá a base para os clubes brasileiros com problemas financeiros iniciarem boas negociações.

Conforme Lemos Umbelino et al. (2019), é notória a importância do disclosure para a melhora da qualidade das informações contábeis divulgadas pelos clubes de futebol. Informações contábeis de qualidade podem impactar na melhora dos indicadores de desempenho dessas entidades pelo fato de gerarem maior confiabilidade por parte dos investidores e da sociedade em geral.

### **2.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ESPORTIVO EM CLUBES DE FUTEBOL**

Os indicadores de desempenho são instrumentos que demonstram não somente a situação econômico-financeira, mas também representam como as entidades estão trabalhando sua produtividade, qualidade e estratégia, sendo, dessa maneira, indispensáveis para a avaliação da situação patrimonial (OLIVEIRA et al., 2017). De modo amplo, os indicadores de desempenho relacionados às entidades desportivas, como é o caso dos clubes de futebol, podem ser resumidos em econômico-financeiros e esportivos.

Os indicadores econômico-financeiros retratam a situação econômica da empresa, estão relacionados com os resultados econômicos e expressam o desempenho voltado à geração de caixa (OLIVEIRA et al., 2017). Dentre os principais indicadores da performance econômico-financeira destacam-se a rentabilidade, representada, por exemplo, pelo o Retorno sobre o Ativo (ROA) (HOLANDA, 2011), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) (MAÇAMBANNI et al., 2012; SALOTTI; YAMAMOTO, 2008) o tamanho, que pode ser representado pelo total do ativo (HOLANDA, 2011; BENIN; ALBERTO DIEHL; FIGUEIRA MARQUEZAN, 2019; GALVÃO; MIRANDA, 2016; MAÇAMBANNI et al., 2012) e o endividamento, sistematizado através do quociente entre o passivo e o ativo total (HOLANDA, 2011; BENIN; ALBERTO DIEHL; FIGUEIRA MARQUEZAN, 2019).

Os Clubes de futebol brasileiros são em sua maioria entidades sem fins lucrativos (REZENDE; CUSTÓDIO, 2012), o que indica que essas organizações não objetivam o lucro, mas sim a otimização do retorno social através dos serviços prestados, nesse caso, entretenimento através do espetáculo do esporte (REZENDE; FACURE; DALMÁCIO, 2008). Todavia, é importante destacar que a continuidade das atividades de entidades sem fins lucrativos depende de resultados financeiros positivos. Estudos verificaram que além do resultado dentro de campo, o resultado financeiro tem se tornado igualmente importante para os clubes (RODRIGUES; SILVA, 2006).

Através da exploração da marca e inserção de ações no mercado de valores, cada vez mais os clubes ou clubes-empresa buscam alternativas para aumentar a lucratividade. Porém, não se deve esquecer que os clubes disputam títulos e, sendo assim, a gestão estratégica do clube de futebol procura gerir de forma eficaz os recursos, para obter a maximização das receitas e o controle de custos simultaneamente à obtenção de títulos (CORRAR et al., 2004).

Os indicadores de desempenho esportivo estão ligados aos resultados obtidos pelos clubes de futebol na execução dos torneios, dentre os quais pode-se destacar a série e a variação da série nos campeonatos (REZENDE; DALMÁCIO, 2015), a classificação ou pontuação obtida nos campeonatos (LEITE; PINHEIRO, 2014; MOTA; MARIA; PONTE, 2016; SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2008), a média de pagantes por torneio, dentre outros.

Um estudo realizado por Rezende e Dalmácio (2015) avaliou a relação entre governança corporativa e os desempenhos econômico-financeiro e esportivo. Como resultado, os autores identificaram a existência de relação significativa e positiva entre a governança corporativa e os indicadores de performance econômico-financeira e esportiva.

No estudo realizado por Lemos Umbelino et al. (2019), pode perceber que o desempenho dos clubes de futebol acaba sendo condicionado também à percepção dos torcedores. Estes, por sua vez, investem, como sócios torcedores ou mesmo compradores de ingressos para partidas, e atraem outras modalidades de receitas como aquelas destinadas à patrocínio e/ou divulgação.

## 2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Com relação aos estudos anteriores que abordam especificamente *disclosure* de informações em clubes de futebol, pode-se destacar a pesquisa de Silva e Carvalho (2009) que identificaram a relação positiva entre receitas recebidas pelos clubes e o nível de evidenciação das informações contábeis.

Já Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) concluíram que o nível de evidenciação está relacionado com o tamanho econômico do clube e com os mecanismos de *enforcement*. Com isso, a partir dos resultados dos estudos apresentados, têm-se evidências de que a performance econômico-financeira dessas entidades pode estar relacionada com o nível de evidenciação.

Estudos como o de Silva, Teixeira e Niyama (2008) formularam e validaram duas hipóteses sobre o disclosure contábil dos clubes de futebol. Por meio de análises estatísticas com teste de hipóteses, aceitou-se a premissa de que quanto maior o montante de receitas auferidas, maior é o nível de evidenciação contábil, o que pode ser explicado pela necessidade de prestar contas a um número maior de usuários internos e externos. A outra hipótese aceita foi a relação entre a evidenciação contábil e o desempenho nas competições desportivas profissionais.

As autoras Raschka, Wallner e Costa (2008) analisaram as demonstrações contábeis dos anos de 2005 a 2008 dos quatro clubes paulistas de futebol com maior número de torcedores, que são o Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Club Corinthians Paulista, com objetivo de analisar a aderência com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. A avaliação da aderência foi verificada com base em um índice elaborado pelas autoras, que aborda as exigências da NBC T 10.13, Lei 6.404 com respectivas alterações e Lei Pelé. Os resultados revelaram que, com exceção do Corinthians que teve um declínio nos anos 2007 e 2008, pela não apresentação das notas explicativas, os clubes analisados possuem um alto nível de aderência às práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil,

Estudos como o de Rezende e Custódio (2012) encontraram a falta de adesão da norma NBC T10.13 nas demonstrações contábeis de 11 clubes do Campeonato Brasileiro da Série A de 2007, e apesar de estes apresentarem o valor do custo e amortização dos atletas, apenas dois divulgaram o prazo (Palmeiras e São Paulo). Entre os pesquisados, apenas o Santos relatou a reavaliação dos direitos sobre os atletas, o que gerou uma superavaliação no ativo, comprometendo a confiabilidade da informação.

Já a pesquisa de Leite e Pinheiro (2014) concluiu que quanto maior as receitas totais e melhor desempenho esportivo no Campeonato Brasileiro, maior também era o nível de evidenciação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados.

Abordando especificamente a evidenciação de informações com relação ao valor dos atletas nos relatórios contábeis, Galvão e Miranda (2016) concluíram que a maioria dos clubes evidenciam informações segundo a ITG 2003 e que há indícios de relação entre o disclosure e o valor dos atletas.

Comparando os dez clubes mais valiosos do Brasil e sete dos dez mais valiosos da Europa em termos de evidenciação das informações referente especificamente ao ativo intangível, Maia, Cardoso e Ponte (2013), por meio de uma hipótese, verificaram que os clubes europeus apresentam maior nível de disclosure que os nacionais. A referida hipótese se baseia na inferência de Silva, Teixeira e Niyama (2008), que confirma a relação entre o volume de receitas e a evidenciação contábil.

Com uma pesquisa depois de sete anos da NBC T 10.13 estar em vigor, Cordeiro (2014) analisou os 40 clubes do Campeonato Brasileiro das Séries A e B na expectativa de apontar que quanto maior o clube, maior o nível de evidenciação. Inicialmente, dos 40 clubes, apenas 27 divulgaram as demonstrações contábeis, e destes, ficou comprovado que os clubes com maior faturamento obtiveram o maior nível de informação.

Já Figueiredo, Dos Santos e Da Cunha (2017) buscaram identificar o nível de evidenciação compulsória e voluntária dos clubes de futebol das séries A e B quantos aos aspectos de apresentação das demonstrações contábeis no período de 2011 a 2015. Concluiu-se que a maioria dos clubes de futebol publicam suas demonstrações financeiras obrigatórias, e apenas os gastos com a formação de atletas e o seu valor amortizado são evidenciados de forma completa pela maioria deles.

O estudo realizado por Segal, Prado e Silva (2015) buscou identificar a aderência dos clubes brasileiros de futebol aos itens previstos pela NBC ITG 2003, com uma amostra composta por 20 clubes integrantes da primeira divisão do futebol brasileiro, quanto ao registro



de seus atletas e a evidenciação das informações contábeis do exercício social de 2013. Uma de suas limitações foi a não identificação dos critérios contábeis utilizados pelas entidades desportivas para a elaboração das demonstrações, portanto, em alguns aspectos não foi possível constatar a aderência à norma. Mas para aquelas que divulgaram, observou-se que os clubes, em sua maioria, evidenciam a forma como contabilizam seus atletas, atendendo ao que está determinado na normativa.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, Oliveira Junior et al. (2015) analisaram o nível da evidenciação contábil dos dez maiores clubes classificados no ranking da CBF, em conformidade com a Lei n.º 10.672/03, e com as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2003 e NBC T 10.13. Constatou-se que, apesar da norma ser promulgada em 2013, desde 2010 quase todos os clubes já demonstravam seus jogadores como ativo intangível conforme a NBC T 10.13, e os que melhor evidenciaram suas demonstrações mostraram um melhor controle de suas finanças e um resultado operacional superior aos demais. Com isso, as evidências são de que os clubes que estão elaborando as suas demonstrações contábeis dentro das normas conseguem ter melhores resultados econômicos

Já Mayer (2017) pesquisou os índices de evidenciação que tiveram melhoras significativas. No ano de 2015, a evidenciação de alguns clubes atingiu 94% de cumprimento do que requer a ITG 2003. Constatando-se uma evolução na transparência e na busca por legitimidade dos clubes diante de seus torcedores, associados e usuários de suas demonstrações contábeis.

O estudo de Gomes Junior (2018) investigou o nível de evidenciação dos dez clubes mais valiosos do futebol brasileiro do ano de 2017, com base no CPC 04 e a ITG 2003 (R1), focando nos ativos intangíveis. De acordo com os resultados, os itens exigidos pela norma têm um bom índice de evidenciação, mas ainda não são cumpridos completamente.

A pesquisa de Lemos Umbelino et al. (2019) encontrou que existe relação entre o nível de disclosure e desempenho econômico-financeiro. Contudo, não houve essa relação com o desempenho esportivo (série, classificação no campeonato e média de pagantes). Além disso, o estudo constatou que a adesão ao PROFUT não melhorou o nível de disclosure nos anos de 2015 e 2016.

Já Benin, Alberto Diehl, Figueira e Marquezan (2019) apontaram que a maioria dos resultados financeiros dos clubes foi negativa, o que deveria resultar em uma maior evidenciação de indicadores não financeiros, diminuindo a avaliação negativa de agentes externos. Entretanto, a divulgação foi positivamente relacionada com a rentabilidade atual,

contribuindo para a transparência do clube. Além disso, concluíram que o nível de divulgação não é impactado pelo desempenho financeiro do clube.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA**

Quanto aos objetivos a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, pois, segundo Raupp e Beuren (2004), preocupa-se em descrever aspectos ou comportamentos de certa população analisada. Nesse tipo de estudo geralmente ocorre o emprego de técnicas estatísticas de todos os graus de complexidade, englobando desde as mais simples até as mais avançadas. Gil (2002) ressalta que as pesquisas descritivas têm como objetivo principal obter relação entre variáveis de uma determinada população.

Quanto aos meios, esta pesquisa se classifica como documental, pois, conforme Severino (2010), caracteriza-se pelo uso de documentos como fonte de informação, como, por exemplo, documentações legais, a partir de quais o autor vai desenvolver suas análises. De acordo com Raupp e Beuren (2013), a pesquisa documental se refere à organização de informações dispersas servindo como consulta base para futuros estudos. Gil (2002) defende que este tipo de pesquisa tem fontes mais diversificadas e dispersas. Além disso, compõe-se de materiais que não recebem nenhum tratamento analítico, no caso do presente estudo as demonstrações financeiras dos clubes de futebol, podendo ser reelaborado de acordo com os objetos da pesquisa.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é caracterizada como quantitativa, haja vista a utilização de métodos estatísticos para analisar a padronização de elaboração das demonstrações financeiras dos clubes conforme a NBC ITG 2003. Conforme Raupp e Beuren (2013), pesquisa quantitativa se caracteriza pelo uso de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados coletados e se preocupa com o apanhado geral dos fatos.

#### **3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

A amostra selecionada para este estudo é composta por 48 clubes da Federação Paulista de Futebol integrantes das séries A1, A2 e A3 no ano de 2019. Cada série é composta por 16 clubes.

São Paulo é um dos estados brasileiros com maior significância quanto aos clubes de futebol, possuindo equipes altamente competitivas e de grande expressão no cenário nacional e

internacional. No campeonato brasileiro da série A, em 2019, São Paulo foi o estado do Brasil com mais clubes participantes. Com isso, um estudo focado especificamente nessa região se torna interessante.

No quadro 1 estão relacionados os 48 clubes que compõem a amostra, bem como suas respectivas cidades de origem e série em que competem.

Quadro 2 – Composição da Amostra

<b>Clube</b>	<b>Cidade</b>	<b>Série</b>
Associação Atlética Internacional de Limeira	Limeira	A2
Associação Atlética Ponte Preta	Campinas	A1
Associação Atlética Portuguesa	Santos	A2
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense	Rio Claro	A3
Associação Ferroviária de Esportes	Araraquara	A1
Associação Portuguesa de Desportos	São Paulo	A2
Atlético Monte Azul	Monte Azul Paulista	A3
Barretos Esporte Clube	Barretos	A3
Batatais Esporte Clube	Batatais	A3
Botafogo Futebol Clube	Ribeirão Preto	A1
Capivariano Esporte Clube	Capivari	A3
Clube Atlético Juventus	São Paulo	A2
Clube Atlético Linense	Lins	A2
Clube Atlético Penapolense	Penápolis	A2
Clube Atlético Taboão da Serra	Taboão da Serra	A3
Clube Atlético Votuporanguense	Votuporanga	A2
Comercial Futebol Clube	Ribeirão Preto	A3
Desportivo Brasil	Porto Feliz	A3
Esporte Clube Agua Santa	Diadema	A2
Esporte Clube Noroeste	Bauru	A3
Esporte Clube Primavera	Indaiatuba	A3
Esporte Clube Santo André	Santo André	A2
Esporte Clube São Bento	Sorocaba	A1
Esporte Clube São Bernardo	São Bernardo do Campo	A3
Esporte Clube Taubaté	Taubaté	A2
Esporte Clube XV de Novembro	Jaú	A2
Grêmio Esportivo Osasco	Osasco	A3
Grêmio Novorizontino	Novo Horizonte	A1
Grêmio Osasco Audax	Osasco	A3
Guarani Futebol Clube	Campinas	A1
Ituano Futebol Clube	Itu	A1
Mirassol Futebol Clube	Mirassol	A1
Nacional Atlético Clube	São Paulo	A2
Oeste Futebol Clube	Barueri	A1
Olímpia Futebol Clube	Olímpia	A3

Red Bull Bragantino	Bragança Paulista	A1
Red Bull Brasil Futebol e Entretenimento LTDA	Bragança Paulista	A1
Rio Claro Futebol Clube	Rio Claro	A2
Rio Preto Esporte Clube	São José do Rio Preto	A3
Santos Futebol Clube	Santos	A1
São Bernardo Futebol Clube	São Bernardo do Campo	A2
São Caetano	São Caetano do Sul	A1
São Carlos Futebol Clube	São Carlos	A3
São Paulo Futebol Clube	São Paulo	A1
Sertãozinho Futebol Clube	Sertãozinho	A2
Sociedade Esportiva Palmeiras	São Paulo	A1
Sport Clube Atibaia	Atibaia	A2
Sport Clube Corinthians Paulista	São Paulo	A1

Fonte: Elaborado pelos Autores

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Para a realização da coleta de dados, sucederam-se pesquisas no website oficial da Federação Paulista de Futebol na seção de finanças e/ou nos websites oficiais, na seção transparência, dos clubes participantes da amostra entre os anos de 2013 a 2019.

Para esta pesquisa, foram analisadas as demonstrações financeiras como BP, DRE, DRA, DMPL, DFC e Notas Explicativas completas de cada agremiação referente aos 7 anos em estudo. De posse das mesmas, foi utilizado um *checklist* desenvolvido em concordância ao preconizado pela Resolução CFC número 1.429/2013 com o objetivo de verificar o nível de aderência e evidenciação à mencionada resolução por parte dos clubes de futebol analisados, a partir da divulgação de suas respectivas demonstrações.

Quadro 3 – Checklist utilizado para avaliação dos itens

	Itens Avaliados	Normatização
Item	Demonstrações obrigatórias NBC ITG 2003	
1	Balanco Patrimonial	Item 16 da NBC ITG 2003
2	Demonstração do Resultado	
3	Demonstração do Resultado Abrangente	
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	
6	Notas Explicativas	
1	<b>Balanco Patrimonial NBC ITG 2003</b>	
1.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (contas patrimoniais)	Item 17 da NBC ITG 2003
1.2	Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (Ativo Intangível)	Item 4 a da NBC ITG 2003
1.3	Aquisição de direitos contratuais sobre atletas (Ativo Intangível)	
1.4	Renovação de contratos com atletas (Ativo Intangível)	

<i>Arrecadação antecipada (Passivo Circulante ou não circulante)</i>		
1.5	Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 11 da NBC ITG 2003
1.6	Direito de transmissão e de imagem	
1.7	Patrocínio	
1.8	Publicidade	
1.9	Luva	
1.10	Antecipação contratual a atleta	Item 12 da NBC ITG 2003
2	Demonstração do Resultado do Exercício NBC ITG 2003	
2.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (receitas, custos e despesas)	Item 3 da NBC ITG 2003
2.2	Valores gastos que não estejam diretamente relacionados com a formação de atletas (despesa)	Item 5 da NBC ITG 2003
<i>Contas específicas de receita:</i>		
2.3	Multa rescisória recebida pela liberação do atleta	Item 9 da NBC ITG 2003
2.4	Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 10 da NBC ITG 2003
2.5	Direito de transmissão e de imagem	
2.6	Patrocínio	
2.7	Publicidade	
2.8	Luva	Item 14 da NBC ITG 2003
2.9	Cessão definitiva de direitos profissionais de atletas	
3	Notas Explicativas NBC ITG 2003	
3.1	Gastos com a formação de atletas, registrados no Ativo Intangível e o valor amortizado constante do resultado do período;	Item 17 da NBC ITG 2003
3.2	Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no Ativo Intangível, segregados o valor do gasto do da amortização;	
3.3	Receitas auferidas por atividade;	
3.4	O total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico;	
3.5	Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva;	
3.6	Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e	
3.7	Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade.	

Fonte: Adaptado de (RASCHKA; WALLNER; COSTA, 2008)

Além disso, como o presente estudo tem objetivo de analisar o desempenho econômico-financeiro dos clubes a partir de uma análise descritiva, foram coletados itens do Balanço Patrimonial como Ativo Circulante, Ativo não circulante, Ativo imobilizado, Ativo Intangível, Passivo Circulante, Passivo Não circulante e Patrimônio Líquido. Já na

Demonstração do Resultado do Exercício, foram coletados os saldos de Receita Bruta e Resultado do exercício no decorrer dos anos de 2013 a 2019 de cada clube.

### **3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS**

#### **3.4.1- Nível de evidenciação**

As informações contidas nas demonstrações financeiras foram tabuladas, classificadas, quantificadas e analisadas no período de 2013 a 2019. O resultado da análise foi baseado em verificar o nível percentual de aderência das Demonstrações Contábeis aos itens abordados pela NBC ITG 2003 (R1).

O nível de evidenciação foi calculado inspirado no índice criado por (RASCHKA; WALLNER; COSTA, 2008) e contempla quatro itens divididos em 32 subitens, sendo atribuído valor 1 (um) em caso de atendimento à norma ou 0 (zero) em cenário contrário. O valor que cada clube atingiu no período foi dividido pelo total de itens que a norma em estudo trata e após multiplicado por 100 para obter-se o percentual.

#### **3.4.2 –Análise de desempenho Econômico-Financeiro**

Para avaliar o desempenho econômico financeiro foram utilizadas três medidas de análise, conforme literatura, estas que são: Receita Bruta (CORDEIRO, 2014), Resultado do Exercício (HOLANDA et al., 2011; LEITE; PINHEIRO, 2014) e Rentabilidade do Ativo (ROA) (OLIVEIRA et al., 2017).

No futebol, a receita é um indicador de grande importância. Os clubes são alvos de grandes receitas obtidas através de participação em competições nacionais e estaduais, transmissão televisiva, publicidade, bilheteria, mensalidade dos sócios e venda de artigos relacionado ao clube (CORDEIRO, 2014).

O resultado do exercício tem por finalidade averiguar se apesar das grandes receitas o desempenho econômico financeiro da empresa no geral foi satisfatório. É uma medida importante, pois mede se a empresa durante ano obteve rentabilidade (PACHECO; SOUZA, 2019).

A demonstração do resultado do exercício informa às variações que ocorreram no patrimônio líquido ao longo do exercício, pois resulta nas operações ocorridas ao longo do período, além disso, também demonstra o valor que é reinvestido na empresa (MARION, 2009).

Para análise da rentabilidade utilizou-se a ROA, que para Assaf e Lima (2011) significa o “reflexo do desempenho de duas medidas: margem operacional e giro do ativo total”.

A ROA é medida pelo quociente entre o resultado do exercício e o ativo total, estabelecendo a eficiência do ativo operacional utilizado nas operações da entidade, quanto maior for o rendimento da empresa sobre o total dos ativos, melhor; por isso constitui-se em um dos mais importantes indicadores de rentabilidade (ASSAF; LIMA, 2011).

Os dados dos 4 grandes clubes, Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Clube Corinthians Paulista, foram analisados de forma separada tanto no nível de evidenciação como na análise de desempenho econômico-financeiro devido apresentarem certa discrepância com relação aos demais clubes da série A, podendo assim gerar resultados que pudessem gerar interpretações e inferências errôneas.

## **4 ANÁLISE DE RESULTADOS**

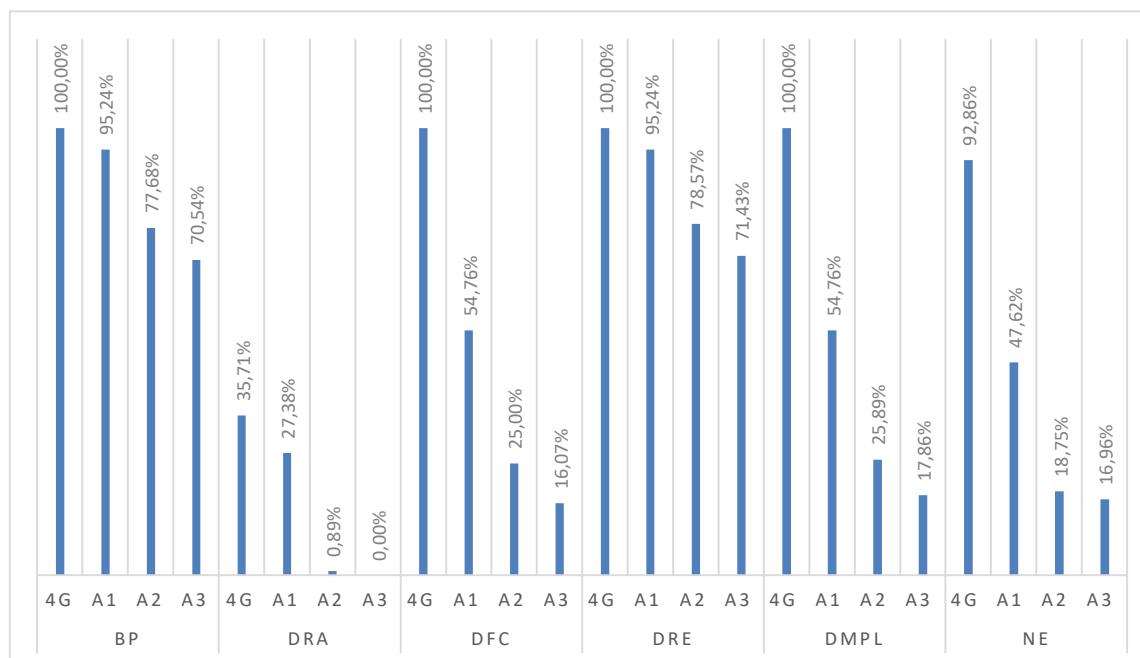
### **4.1 DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES**

#### **4.1.1 Geral**

Conforme já abordado anteriormente, o item 16 da NBC ITG 2003 trata sobre as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pelas entidades desportivas. São elas: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado; (iii) Demonstração do Resultado Abrangente; (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e (vi) Notas Explicativas (CFC, 2013).

A Figura 1 retrata os seis demonstrativos obrigatórios pela NBC ITG 2003 com seus respectivos percentuais de publicação pelos 48 clubes que compõem a amostra, separados por suas respectivas séries.

Figura 1 –Nível de Evidenciação por tipo de Demonstrativo Segregado por Série



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Os demonstrativos mais divulgados por todas as séries foram o BP e DRE. Em contrapartida, o menos evidenciado por todos os clubes no período estudado foi a DRA.

Observa-se que no tocante a divulgação das demonstrações contábeis obrigatórias, os clubes melhores classificados com relação a sua série tenderam a um maior percentual de evidenciação das demonstrações obrigatórias.

Na Tabela 1 é possível verificar o percentual do nível de evidenciação de cada item do BP conforme a resolução NBC ITG 2003 (R1):

Tabela 1 - Nível de Evidenciação de itens do BP

Itens Avaliados	Normatização	Nível de Evidenciação (%)			
		4G <sup>1</sup>	A1 <sup>2</sup>	A2 <sup>3</sup>	A3 <sup>4</sup>
Segregação da atividade desportiva profissional das demais (contas patrimoniais)	Item 17 da NBC ITG 2003	0,00%	3,57%	0,00%	0,00%
Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (Ativo Intangível)	Item 4 a da NBC ITG 2003	0,00%	21,43%	1,79%	0,89%

<sup>1</sup> 4 grandes clubes: Corinthians, Santos, São Paulo e Palmeiras.

<sup>2</sup> Clubes participantes da série A1 do Campeonato Paulista.

<sup>3</sup> Clubes participantes da série A2 do Campeonato Paulista.

<sup>4</sup> Clubes participantes da série A3 do Campeonato Paulista.



Aquisição de direitos contratuais sobre atletas (Ativo Intangível)		0,00%	14,29%	0,00%	0,00%
Renovação de contratos com atletas (Ativo Intangível)		0,00%	8,33%	0,00%	0,00%
Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 11 da NBC ITG 2003	0,00%	0,00%	0,00%	0,89%
Direito de transmissão e de imagem		32,14%	7,14%	0,00%	0,00%
Patrocínio		85,71%	11,90%	0,00%	0,00%
Publicidade		0,00%	1,19%	2,68%	4,46%
Luva		0,00%	0,00%	2,68%	0,89%
Antecipação contratual a atleta	Item 12 da NBC ITG 2003	7,14%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Com relação aos itens do BP, pode-se observar que o nível de evidenciação durante os anos pelos clubes foi baixo. O item 1.5 sobre Bilheteria destinada à entidade foi evidenciado apenas pelo Batatais esporte Clube da série A3. Além disso, apenas a Associação Ferroviária de Esportes, da série A1, realizou a segregação da atividade desportiva profissional das demais.

Os itens 1.6 e 1.7 que tratam sobre Direito de transmissão e de imagem e Patrocínio, respectivamente, foram os mais evidenciados, principalmente pelos 4 grandes clubes. Um dos motivos que pode explicar este achado seria devido que a maior parte das receitas dos clubes brasileiros são geradas a partir desses dois itens.

Percebe-se, a partir da tabela 1, um nível médio considerado baixo referente à evidenciação dos itens do BP por parte dos clubes. O presente estudo demonstra evidências que, entre as demonstrações obrigatórias citadas na NBC ITG 2003, o BP dos clubes analisados é a demonstração que mais está em desacordo com a referida norma.

Na Tabela 2 é possível verificar o percentual do nível de evidenciação de cada item da DRE conforme a resolução NBC ITG 2003 (R1):

Tabela 2 - Nível de Evidenciação de itens da DRE

Itens Avaliados	Normatização	Nível de Evidenciação (%)			
		4G	A1	A2	A3
Demonstração do Resultado do Exercício NBC ITG 2003					
Segregação da atividade desportiva profissional das demais (receitas, custos e despesas)	Item 3 da NBC ITG 2003	57,14%	22,62%	11,61%	10,71%

Valores gastos que não estejam diretamente relacionados com a formação de atletas (despesa)	Item 5 da NBC ITG 2003	17,86%	7,14%	4,46%	3,57%
Multa rescisória recebida pela liberação do atleta	Item 9 da NBC ITG 2003	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 10 da NBC ITG 2003	50,00%	30,95%	25,00%	22,32%
Direito de transmissão e de imagem		100,00%	34,52%	12,50%	16,96%
Patrocínio		75,00%	42,86%	28,57%	27,68%
Publicidade		75,00%	29,76%	19,64%	19,64%
Luva		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cessão definitiva de direitos profissionais de atletas	Item 14 da NBC ITG 2003	25,00%	13,10%	7,14%	8,93%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

No tocante a DRE, excetuando os itens 2.3 sobre Multa rescisória recebida pela liberação do atleta e item 2.8 que trata sobre Luva, que não foram evidenciados por nenhum clube, todo o restante foi evidenciado em todas as séries por pelo menos alguns clubes. Os itens mais evidenciados na DRE foram os itens 2.5, 2.6 e 2.7 que tratam sobre Direito de transmissão e de imagem, Patrocínio e Publicidade, respectivamente.

Um aspecto a ser considerado ao se analisar essa evidência é o equilíbrio entre os custos e benefícios da divulgação. Nesse caso, os benefícios decorrentes da informação não devem exceder os custos de produzi-la. No entanto, a avaliação dos custos e benefícios decorrentes é, em sua essência, um exercício de julgamento dos gestores Dantas et al (2005).

Na Tabela 3 é possível verificar o percentual do nível de evidenciação de cada item das Notas Explicativas, conforme a resolução NBC ITG 2003 (R1):

Tabela 3 - Nível de Evidenciação de itens das Notas Explicativas

Itens Avaliados	Normatização	Nível de Evidenciação (%)			
		4G	A1	A2	A3
Notas Explicativas NBC ITG 2003		4G	A1	A2	A3
Gastos com a formação de atletas, registrados no Ativo Intangível e o valor amortizado constante do resultado do período;	Item 17 da NBC ITG 2003	71,43%	26,19%	6,25%	3,57%
Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no Ativo Intangível, segregados o valor do gasto do da amortização;		92,86%	19,05%	0,89%	4,46%
Receitas auferidas por atividade;		67,86%	5,95%	2,68%	0,89%
O total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o		85,71%	13,10%	4,46%	5,36%

percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico;				
Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva;	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e	92,86%	21,43%	8,04%	8,04%
Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade.	85,71%	20,24%	6,25%	6,25%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Já nos itens das Notas Explicativas, excetuando o item 3.5 sobre Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva, que não foi evidenciado por nenhum clube, todo o restante foi evidenciado em todas as séries por pelo menos alguns clubes.

Os itens mais evidenciados nas notas explicativas dos clubes foram o item 3.6, que trata sobre Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, item 3.7 sobre Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade, e o item 3.2 sobre a Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no Ativo Intangível, segregados o valor do gasto do da amortização.

Por meio da estatística descritiva do nível de evidenciação, Tabela 4, foi possível iniciar a análise quanto à aderência pelos clubes da norma NBC ITG 2003 (R1):

Tabela 4 - Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação dos clubes por ano

2013	4G	A1	A2	A3
Média	41,18%	22,29%	11,56%	13,03%
Mediana	41,18%	19,12%	7,35%	8,82%
Mínimo	32,35%	0,00%	0,00%	5,88%
Máximo	50,00%	50,00%	44,12%	44,12%
2014				
Média	40,44%	23,03%	12,85%	13,97%
Mediana	39,71%	22,06%	8,82%	10,29%
Mínimo	32,35%	5,88%	0,00%	5,88%
Máximo	50,00%	47,06%	44,12%	44,12%
2015				
Média	46,32%	20,82%	14,71%	13,41%
Mediana	47,06%	16,18%	11,76%	8,82%
Mínimo	35,29%	5,88%	0,00%	0,00%

Máximo	55,88%	41,18%	44,12%	44,12%
2016				
Média	46,32%	21,79%	11,94%	12,29%
Mediana	47,06%	19,12%	7,35%	7,35%
Mínimo	35,29%	5,88%	0,00%	0,00%
Máximo	55,88%	41,18%	41,18%	44,12%
2017				
Média	47,06%	20,32%	11,56%	8,09%
Mediana	48,53%	14,71%	7,35%	7,35%
Mínimo	35,29%	5,88%	0,00%	0,00%
Máximo	55,88%	44,12%	41,18%	26,47%
2018				
Média	49,26%	22,29%	10,29%	6,41%
Mediana	51,47%	20,59%	7,35%	5,88%
Mínimo	38,24%	5,88%	0,00%	0,00%
Máximo	55,88%	44,12%	29,41%	26,47%
2019				
Média	48,53%	19,59%	3,47%	2,38%
Mediana	51,47%	17,65%	0,00%	0,00%
Mínimo	35,29%	0,00%	0,00%	0,00%
Máximo	55,88%	44,12%	20,59%	20,59%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Os 4 grandes Clubes apresentaram constantes melhoras no índice de evidenciação ao longo dos anos, com média de evidenciação entre 40 e 48% em todos os anos.

Os clubes da série A1 apresentaram média de aproximadamente 20%, apresentando baixa variabilidade ao longo dos anos. Os anos de 2013 e 2019 foram os únicos que pelo menos um time não apresentou nenhuma demonstração, sendo o Esporte Clube São Bento em 2013 e Associação Ferroviária de Esportes, Mirassol e São Caetano em 2019.

Os clubes da série A2 em 2013, 2014 e 2016 obtiveram a menor média de evidenciação quando comparados as demais séries. O Clube que se destacou negativamente que compõe esta série foi o Atlético Linense, que dos sete anos analisados, apenas demonstrou algum tipo de demonstração no ano de 2017 com nível de evidenciação igual a 5,88%.

Em contrapartida, os Clubes da série A3, a partir de 2014, registraram quedas consecutivas nas médias do nível de evidenciação, obtendo a menor média no ano de 2019 com 2,38%.

#### 4.1.2 Por Clubes

A Tabela 5 apresenta o nível de evidenciação dos 48 Clubes que compõem a amostra no decorrer do período analisado entre 2013 a 2019.

Tabela 5 - Nível de Evidenciação dos Clubes por ano

Clube	Série	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ass. Atlético Internacional de Limeira	A2	5,88%	11,76%	11,76%	5,88%	5,88%	5,88%	8,82%
Ass. Atlético Ponte Preta	A1	17,65%	32,35%	32,35%	32,35%	32,35%	32,35%	32,35%
Associação Atlético Portuguesa	A2	5,88%	17,65%	8,82%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%
Ass. Esportiva Velo Clube Rioclarense	A3	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	0,00%
Ass. Ferroviária de Esportes	A1	32,35%	32,35%	32,35%	14,71%	5,88%	5,88%	0,00%
Ass. Portuguesa de Desportos	A2	44,12%	44,12%	44,12%	0,00%	0,00%	5,88%	0,00%
Atlético Monte Azul	A3	17,65%	8,82%	5,88%	17,65%	14,71%	17,65%	0,00%
Barretos Esporte Clube	A3	5,88%	5,88%	8,82%	5,88%	5,88%	5,88%	0,00%
Batatais Esporte Clube	A3	8,82%	11,76%	8,82%	0,00%	0,00%	8,82%	0,00%
Botafogo Futebol Clube	A1	14,71%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	17,65%	17,65%
Capivariano Esporte Clube	A3	8,82%	8,82%	20,59%	17,65%	0,00%	0,00%	0,00%
Clube Atlético Juventus	A2	11,76%	17,65%	17,65%	17,65%	17,65%	20,59%	20,59%
Clube Atlético Linense	A2	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,88%	0,00%	0,00%
Clube Atlético Penapolense	A2	11,76%	8,82%	8,82%	5,88%	5,88%	0,00%	0,00%
Clube Atlético Taboão da Serra	A3	5,88%	11,76%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Clube Atlético Votuporanguense	A2	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	8,82%	17,65%	0,00%
Comercial Futebol Clube	A3	14,71%	14,71%	14,71%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Desportivo Brasil	A3	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	11,76%	11,76%	0,00%
Esporte Clube Água Santa	A2	8,82%	8,82%	11,76%	14,71%	5,88%	8,82%	5,88%
Esporte Clube Noroeste	A3	17,65%	8,82%	0,00%	8,82%	8,82%	0,00%	0,00%
Esporte Clube Primavera	A3	17,65%	17,65%	14,71%	0,00%	8,82%	11,76%	5,88%
Esporte Clube Santo André	A2	17,65%	8,82%	17,65%	14,71%	20,59%	29,41%	0,00%
Esporte Clube São Bento	A1	0,00%	8,82%	8,82%	17,65%	14,71%	35,29%	26,47%
Esporte Clube São Bernardo	A3	44,12%	44,12%	44,12%	44,12%	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte Clube Taubaté	A2	0,00%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	0,00%
Esport Clube XV de Novembro	A2	0,00%	0,00%	14,71%	26,47%	8,82%	11,76%	8,82%
Grêmio Esportivo Osasco	A3	8,82%	26,47%	26,47%	26,47%	20,59%	0,00%	0,00%
Grêmio Novorizontino	A1	11,76%	11,76%	11,76%	20,59%	14,71%	26,47%	26,47%
Grêmio Osasco Audax	A3	14,71%	20,59%	32,35%	35,29%	26,47%	26,47%	20,59%
Guarani Futebol Clube	A1	50,00%	41,18%	5,88%	14,71%	8,82%	20,59%	38,24%
Ituano Futebol Clube	A1	41,18%	23,53%	32,35%	41,18%	44,12%	44,12%	44,12%
Mirassol Futebol Clube	A1	5,88%	5,88%	11,76%	11,76%	11,76%	11,76%	0,00%
Nacional Atlético Clube	A2	5,88%	5,88%	11,76%	23,53%	23,53%	23,53%	0,00%
Oeste Futebol Clube	A1	5,88%	8,82%	5,88%	5,88%	5,88%	5,88%	17,65%
Olímpia Futebol Clube	A3	8,82%	8,82%	0,00%	11,76%	11,76%	0,00%	0,00%
Red Bull Bragantino	A1	20,59%	38,24%	41,18%	35,29%	38,24%	8,82%	17,65%
Red Bull Brasil Futebol	A1	20,59%	20,59%	20,59%	20,59%	20,59%	20,59%	14,71%
Rio Claro Futebol Clube	A2	5,88%	8,82%	11,76%	8,82%	11,76%	11,76%	0,00%
Rio Preto Esporte Clube	A3	17,65%	14,71%	11,76%	14,71%	8,82%	8,82%	11,76%
Santos Futebol Clube	A1	32,35%	32,35%	55,88%	55,88%	55,88%	55,88%	55,88%
São Bernardo Futebol Clube	A2	41,18%	41,18%	44,12%	41,18%	41,18%	5,88%	0,00%
São Caetano	A1	47,06%	47,06%	41,18%	41,18%	41,18%	38,24%	0,00%
São Carlos Futebol Clube	A3	5,88%	8,82%	8,82%	2,94%	5,88%	5,88%	0,00%

São Paulo Futebol Clube	A1	50,00%	50,00%	47,06%	47,06%	47,06%	47,06%	47,06%
Sertãozinho Futebol Clube	A2	8,82%	8,82%	8,82%	8,82%	11,76%	11,76%	0,00%
Sociedade Esportiva Palmeiras	A1	47,06%	47,06%	47,06%	47,06%	50,00%	55,88%	55,88%
Sport Clube Atibaia	A2	11,76%	11,76%	11,76%	5,88%	5,88%	0,00%	5,88%
Sport Clube Corinthians	A1	35,29%	32,35%	35,29%	35,29%	35,29%	38,24%	35,29%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Em 2013, o São Paulo e o Guarani tiveram os maiores níveis de evidênciação do ano, ambos com 50%.

Já em 2014, o São Paulo manteve a liderança de maior nível de evidênciação com 50%. O Guarani, por não apresentar os itens 3.3 sobre Receitas auferidas por atividade e 2.4 sobre Bilheteria, acabou caindo o nível para 41,18% e teve menor percentual quando comparado a clubes como Esporte Clube São Bernardo, Portuguesa, São Caetano e Palmeiras.

Em 2015, 2016 e 2017 o Santos Futebol Clube obteve o maior nível de evidênciação da FPF com 55,88%. Sendo que, com exceção do item 1.7 que trata sobre Patrocínio, não divulgou nenhum item referente ao BP e itens 2.3, 2.6 e 2,8 da DRE, que tratam sobre Multa rescisória recebida pela liberação do atleta, Patrocínio e Luvas, respectivamente.

Durante esses três anos, cabe destacar a significativa queda que teve o Guarani que passou de 41,18% em 2014 para 5,88% em 2015. Em 2016 e 2017, o mesmo obteve 14,71% e 8,82%, respectivamente. Outro clube que teve grande queda neste período foi a Portuguesa, que passou de 44,12% em 2015 para 0,00% em 2016 e 2017.

Os clubes que obtiveram seus níveis de evidênciação igual a 0,00%, não divulgaram nenhum demonstrativo no ano analisado. O ano que mais teve equipes não divulgando foi 2019, em que dos 48 clubes analisados que compõem a amostra, 27 não tiveram nenhuma demonstração publicada.

Um dos fatores que pode ter relação a este achado seria a pandemia gerada pelo covid-19 no início do ano de 2020, período em que os clubes costumam publicar suas demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior.

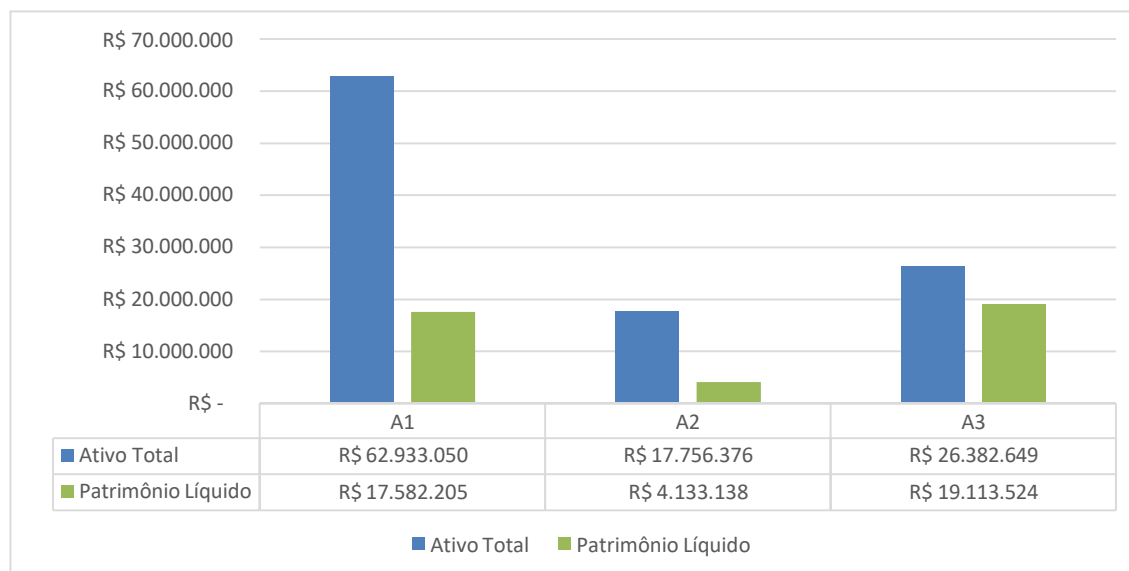
Em 2018 e 2019, o Palmeiras atingiu o nível de evidênciação de 55,88% equiparando-se ao Santos como clubes com melhores índices. Analisando todo o período em conjunto, pode observar que o Palmeiras obteve a maior constância e foi o time com maior média de nível de evidênciação. Com relação aos 4 grandes clubes, o Corinthians foi o time que obteve a menor média de evidênciação.

Através da tabela 5, pode-se inferir que 2019 e 2015 foram os anos com menor e maior média de índice de evidênciação, respectivamente. Além disso, percebe-se uma tendência de os

clubes melhores classificados com relação a série tenderem a possuir um maior nível de evidenciação.

#### 4.2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Figura 2–Ativo Total e Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Com base na figura 2, podemos verificar os valores médios do AT e PL dos clubes da série A1, A2 e A3. Podemos destacar positivamente os clubes das séries A3, pois apresentaram maiores PL quando comparados aos das séries A1 e A2, caracterizando assim um maior percentual de capital próprio. Os 4 grandes clubes (Sport Clube Corinthians Paulista, Sociedade Esportiva Palmeiras, Santos Futebol Clube e São Paulo Futebol Clube) não estão inseridos para uma melhor visualização do gráfico. Porém, os mesmos apresentaram valores médios de AT de aproximadamente R\$ 581 milhões e PL negativo em R\$ 20 milhões.

Tabela 6– Análise Desempenho Econômico-Financeiro

Critério de desempenho	Série	Receita Bruta Média	ROA médio	Resultado Líquido médio
Ass. Atlético Internacional de Limeira	A2	R\$ 1.509.599	-2427,29%	-R\$ 3.071.560
Ass. Atlético Ponte Preta	A1	R\$ 47.576.060	-1,72%	-R\$ 4.173.552
Ass. Atlético Portuguesa	A2	R\$ 3.005.881	-61,16%	-R\$ 308.847
Ass. Esportiva Velo Clube Rioclarense	A3	R\$ 663.599	-1061,60%	-R\$ 221.229
Ass. Ferroviária de Esportes	A1	R\$ 6.825.509	-212,38%	-R\$ 1.032.726
Associação Portuguesa de Desportos	A2	R\$ 17.865.008	-31,47%	-R\$ 45.532.984
Atlético Monte Azul	A3	R\$ 684.599	-6,09%	-R\$ 1.045.987

Barretos Esporte Clube	A3	R\$ 463.144	NA	NA
Batatais Esporte Clube	A3	R\$ 753.348	1,14%	R\$ 231
Botafogo Futebol Clube	A1	R\$ 8.295.463	-11,23%	-R\$ 1.425.490
Capivariano Esporte Clube	A3	R\$ 3.151.943	-5,77%	-R\$ 10.877
Clube Atlético Juventus	A2	R\$ 19.707.118	0,74%	R\$ 1.092.478
Clube Atlético Linense	A2	R\$ 5.612.876	5,89%	R\$ 49.596
Clube Atlético Penapolense	A2	R\$ 2.139.313	-13,85%	-R\$ 1.071.932
Clube Atlético Taboão da Serra	A3	R\$ 60.801	-925,95%	-R\$ 180.803
Clube Atlético Votuporanguense	A2	R\$ 658.925	-659,90%	-R\$ 277.486
Comercial Futebol Clube	A3	R\$ 2.661.707	-1,96%	-R\$ 722.918
Desportivo Brasil	A3	R\$ 27.030.329	-56,40%	R\$ 1.561.989
Esporte Clube Agua Santa	A2	R\$ 4.480.424	17,49%	R\$ 63.513
Esporte Clube Noroeste	A3	R\$ 1.318.764	-575,54%	-R\$ 525.784
Esporte Clube Primavera	A3	R\$ 480.879	-126,58%	-R\$ 196.522
Esporte Clube Santo André	A2	R\$ 8.240.109	-3,63%	-R\$ 583.515
Esporte Clube São Bento	A1	R\$ 7.369.215	-215,97%	-R\$ 135.401
Esporte Clube São Bernardo	A3	R\$ 7.738.010	21,54%	R\$ 323.891
Esporte Clube Taubaté	A2	R\$ 776.279	-16,36%	-R\$ 94.698
Esporte Clube XV de Novembro	A2	R\$ 662.624	-4,21%	-R\$ 1.686.452
Grêmio Esportivo Osasco	A3	R\$ 722.234	-337,74%	-R\$ 1.740.420
Grêmio Novorizontino	A1	R\$ 4.645.529	-360,20%	-R\$ 4.783.318
Grêmio Osasco Audax	A3	R\$ 11.521.467	25,69%	-R\$ 947.185
Guarani Futebol Clube	A1	R\$ 14.486.836	-2,59%	-R\$ 10.150.197
Ituano Futebol Clube	A1	R\$ 15.747.036	-13,18%	R\$ 26.805
Mirassol Futebol Clube	A1	R\$ 6.880.614	13,76%	R\$ 1.615.493
Nacional Atlético Clube	A2	R\$ 2.429.681	-36,15%	-R\$ 136.793
Oeste Futebol Clube	A1	R\$ 5.970.221	-256,65%	R\$ 809.729
Olímpia Futebol Clube	A3	R\$ 325.600	-6,71%	-R\$ 750
Red Bull Bragantino	A1	R\$ 13.355.477	-49,15%	-R\$ 5.356.440
Red Bull Brasil Futebol e Entret	A1	R\$ 31.697.143	-3,15%	-R\$ 16.000
Rio Claro Futebol Clube	A2	R\$ 1.049.704	NA <sup>[1]</sup>	-R\$ 342.099
Rio Preto Esporte Clube	A3	R\$ 2.777.409	-0,02%	R\$ 32.847
Santos Futebol Clube	A1	R\$ 247.146.714	-12,95%	-R\$ 24.934.857
São Bernardo Futebol Clube	A2	R\$ 6.339.579	-20,65%	-R\$ 287.246
São Caetano	A1	R\$ 31.193.922	-13,02%	-R\$ 1.670.796
São Carlos Futebol Clube	A3	R\$ 353.044	-14,50%	-R\$ 159.347
São Paulo Futebol Clube	A1	R\$ 373.815.143	-5,04%	-R\$ 40.298.000
Sertãozinho Futebol Clube	A2	R\$ 1.741.239	-82,38%	-R\$ 173.590
Sociedade Esportiva Palmeiras	A1	R\$ 434.365.857	3,88%	R\$ 19.896.286
Sport Club Atibaia	A2	R\$ 757.473	-55,60%	-R\$ 477.878
Sport Club Corinthians	A1	R\$ 343.788.571	-1,95%	-R\$ 11.977.286

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa



Podemos destacar a Associação Atlética Internacional de Limeira, pertencente a série A2, que apresentou a pior média de ROA no valor de aproximadamente -2427%. Este valor foi resultante de um prejuízo significativo que o clube apresentou no ano de 2016 no valor de aproximadamente R\$ 18,5 milhões de reais, tendo valor de ativo médio de aproximadamente R\$ 200 mil reais.

Dentre os 48 clubes que compõem a amostra, o mais rentável foi o Grêmio Osasco Audax com ROA aproximadamente de 26%. Um fator que contribuiu para este achado foi uma Receita Líquida que o clube obteve em 2013 no valor de 34 milhões de reais e um lucro líquido no valor de 16 milhões, sendo seu Ativo total aproximadamente 4 milhões. Não há nenhuma nota explicando a origem desta receita.

Já com relação aos 4 grandes clubes, a Sociedade Esportiva Palmeiras foi o único que apresentou ROA positivo, no valor aproximadamente de 4%. O Santos Futebol clube foi o menos rentável deste grupo. O melhor ROA da série A1 e A2 foi do Mirassol Futebol Clube e Esporte Clube Agua Santa, com respectivamente aproximadamente 14% e 17%.

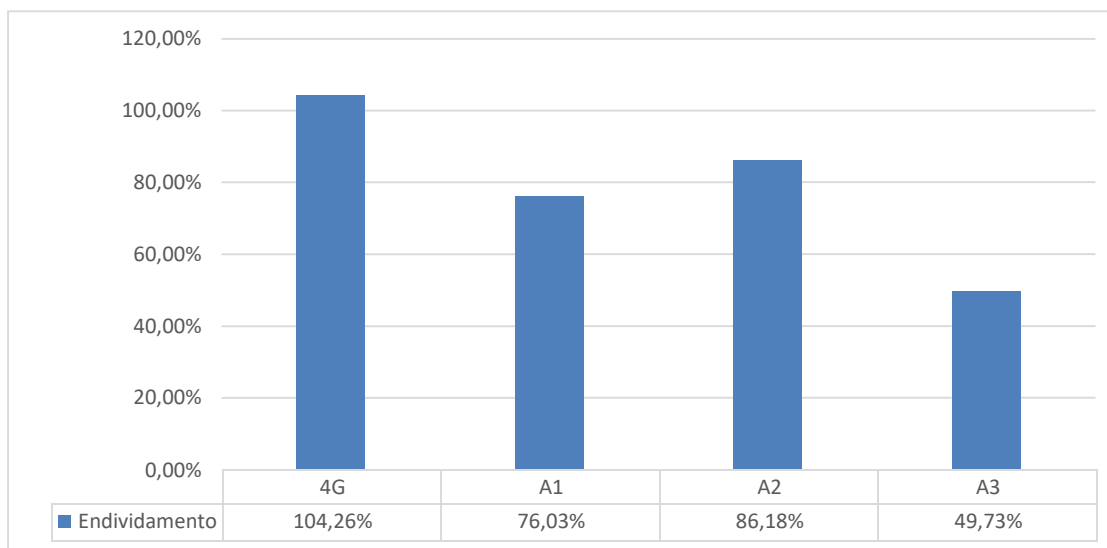
O Mirassol, por conta da sua campanha em 2016 na série A2 terminando como vice-campeão, triplicou sua receita em 2017 que era de 3 milhões em 2016 para 10 milhões em 2017, apresentando lucros líquidos consecutivos e cada vez maiores ao longo dos anos, fato este que pode se relacionar com o achado deste estudo.

O Barretos Esporte Clube e o Rio Claro Esporte Clube, por não apresentar dados suficientes como valores de resultado líquido e ativo total, não tiveram seus ROA calculados, constando ‘‘NA’’ como não aplicável.

Além disso, a tabela 6 apresenta evidências de que os clubes que geraram maiores receitas, com exceção da série A1, tenderam a obter maiores prejuízos.

Portanto, como constatado por Holanda et al. (2012), não foi verificada significância estatística para a variável ROA. Assim, níveis mais elevados de disclosure não se relacionam a padrões de rentabilidade do Ativo. Tais resultados contrapõem-se aos achados de Corrar et al. (2004) e Silva (2008), nos quais os autores observaram que a maior lucratividade dos ativos está associada a nível mais elevado de evidenciação.

Figura 3– Percentual médio de Endividamento



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Analisando a figura 3, podemos verificar um destaque negativo para os 4 grandes times da FPF, com 104,26% de endividamento em média. Novamente, podemos destacar positivamente os clubes da série A3, por apresentarem menor grau de endividamento.

Relacionando com os demais gráficos já tratados, podemos verificar que os clubes da série A3 superaram os da série A2 em todos os pontos abordados, com, além de menor grau de endividamento, possuírem melhor resultado líquido, mesmo que negativos, e apresentarem maiores valores em média de AT e PL.

Ademais, as discussões sobre a viabilidade econômica de alguns clubes, os altos índices de endividamento, a falta de controle financeiro e os problemas de governança corporativa alertam para a relevância e a necessidade de informações contábeis dessas entidades (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009) para subsidiar decisões relacionadas a investimentos de terceiros (CUSTÓDIO; REZENDE, 2009).

## 5 CONCLUSÕES

Com o intuito de verificar se os clubes de futebol estão evidenciando suas demonstrações contábeis adequadamente, e se estão de acordo com a legislação, o objetivo desta pesquisa foi analisar a evidenciação e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol participantes do Campeonato Paulista.

Nessa pesquisa, foram analisadas as demonstrações financeiras de 48 clubes, pertencentes as séries A1, A2 e A3 no ano de 2019 da FPF, no período entre 2013 a 2019. A partir desta pesquisa, percebeu-se que há uma grande variabilidade quanto ao porte dos clubes (Ativos, Receitas e PL).

Alguns clubes não divulgarem seus balanços, ou se divulgaram, apresentaram parcialmente o conjunto das demonstrações obrigatórias. O demonstrativo menos evidenciado por todos os clubes no período estudado foi a DRA. Os demonstrativos mais divulgados, em média, foram os BP, DRE e DMPL.

A média, nos sete anos analisados, do nível de evidenciação dos clubes da série A1 foi de 27,50%, sendo a da série A2 de 11% e série A3 de 10%. O que leva à apresentação de um índice de evidenciação médio relativamente baixo, corroborando com o estudo de Rezende e Custódio (2012).

Os achados do estudo apresentam evidências de que os clubes melhores classificados com relação a sua série tenderam a um maior percentual de nível de evidenciação das demonstrações, corroborando com o estudo de Silva, Teixeira e Niyama (2008) e Leite e Pinheiro (2014).

O nível de evidenciação comparado ao ROA, semelhante ao que ocorreu com o resultado, também não possibilitou uma associação que indicasse que o maior nível de evidenciação teria maior ROA ou mesmo um menor ROA, corroborando com o estudo de Pacheco e Souza (2019).

Porém, diferente do que incorreu com os outros dois critérios de desempenho econômico financeiro anteriores (resultado do exercício e ROA), no que compete à comparação entre a receita e o nível de evidenciação percebeu-se uma possível associação, visto que as maiores receitas dos clubes analisados, tenderam a associar-se a um maior o nível de evidenciação, o que corrobora com estudos de Leite e Pinheiro (2014) e Mayer (2017).

Nesta mesma linha, estudos anteriores que abordaram na metodologia uma pesquisa quantitativa através de métodos estatísticos, como Holanda et al. (2011) que estudaram os anos de 2006 a 2009 e Cordeiro (2014) que analisou o ano de 2012, também encontraram o mesmo

resultado da presente pesquisa qualitativa, quanto maior o faturamento, maior foi o nível de evidenciação realizado pelos clubes analisados pelos referidos autores.

Considera-se que quanto melhor o desempenho dos clubes de futebol no campeonato em que participam, e quanto maior o total de receitas obtidas, maior é a exposição destes clubes e conseqüentemente, maior é o interesse de patrocinadores e investidores. Desta forma, se faz necessário divulgar uma demonstração contábil mais transparente, de forma a atender ao maior número de usuários destas informações (LEITE; PINHEIRO, 2014).

No geral, percebe-se, com os resultados deste trabalho, que os clubes de futebol brasileiros ainda necessitam desenvolver melhores práticas de divulgação contábil a fim de atender os requisitos de divulgação estabelecidos pelas entidades normatizadoras, melhorando a qualidade das informações evidenciadas através de suas demonstrações contábeis.

Por fim, é importante ressaltar como limitação que os resultados e conclusões deste estudo estão limitados aos clubes e períodos analisados neste trabalho, não podendo ser transpostos para outros clubes nacionais ou internacionais ou períodos anteriores ou posteriores. Além disso, há limitação deste estudo em relação aos quesitos propostos na coleta de dados. Pois algumas demonstrações financeiras não foram apresentadas ou, em caso positivo, de forma incompleta e de difícil compreensão, exigindo maior dificuldade para avaliação das informações divulgadas.

Quanto ao indicador de desempenho, este estudo está limitado em apenas uma forma simples de abordagem, sendo recomendável repetir os testes para outras medidas igualmente reconhecidas e aceitas.

Para trabalhos futuros, sugere-se ampliar a amostra de pesquisa e o período de análise com a inclusão de todos os clubes de futebol brasileiros, visando verificar se eles estão adeptos à NBC ITG 2003 (R1). Além disso, adoção de outras proxies para a análise quanto ao aspecto econômico-financeiro como receitas líquidas e Margem de EBITDA. Pesquisas sobre relação entre nível de evidenciação e desempenho esportivo via Ranking da Confederação Brasileira de Futebol também se tornam interessante.

## REFERÊNCIAS

ARAGAKI, C. Transparência nas demonstrações contábeis de clubes de futebol: O caso do passe dos atletas profissionais. **Esporte Bizz**

ASSAF NETO, A.; LIMA, FABIANO GHASTI. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BASTOS, P.; PEREIRA, R.; TOSTES, F. Uma contribuição para a evidenciação do ativo intangível - atletas - dos clubes de futebol. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 36, 2007.

BDO, RCS AUDITORES INDEPENDENTES. 7º Valor das marcas dos clubes brasileiros. 2014. Disponível em: < <https://www.bdo.com.br/pt-br/publicacoes/publicacoes/7%C2%BA-valor-das-marcas-dos-clubes-brasileiros> >. Acesso em: 29 jul. 2021.

BENIN, M. M.; ALBERTO DIEHL, C.; FIGUEIRA MARQUEZAN, L. H. Determinantes da evidenciação de indicadores não financeiros de desempenho por clubes brasileiros de futebol. **Estudios Gerenciales**, v. 35, n. 150, p. 16-26, 2019.

BRASIL, **Lei nº. 8.672, de 06 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm) > Acesso em 20/08/2021.

BRASIL, **Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm) > Acesso em 20/08/2021.

BRASIL, **Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm) > Acesso em 20/08/2021.

BRASIL, **Lei nº. 10.672, de 15 de maio de 2003**. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.672.htm) > Acesso em 20/08/2021.

BRASIL, **Lei nº. 12.395, de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm)> Acesso em 20/08/2021.

CFC, Resolução nº 1.005, de 17 de setembro de 2004. NBC T 10.13- Entidades Desportivas Profissionais. Disponível em <[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ITG\\_2003\\_audiencia.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ITG_2003_audiencia.pdf)> Acesso em 20/08/2021.

CFC, Resolução nº. 1.429, de 25 de janeiro de 2013. ITG 2003 - Entidade Desportiva

Profissional. Disponível em < [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003(R1).pdf)> Acesso em 20/08/2021.

CORDEIRO, Jose Victor Lima. Relação do nível de disclosure e as receitas arrecadadas pelos clubes brasileiros de futebol das séries “A” e “B”. 2014. 39 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2014.

CORRAR, L. J. et al. A gestão estratégica de clubes de futebol: uma análise da correlação entre performance esportiva e resultado operacional. **IV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, p. 15, 2004.

COVA, C. A Adoção das IFRS no Brasil e o Fortalecimento das Boas Práticas de Governança Corporativa. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 42, p. 22– 30, 2008.

DAHLBACK, O; LIND, E. Transparency in European football: A study of financial disclosure transparency from a supporter perspective (Master’s dissertation). Jönköping International Business School, Jönköping, Suécia, 2016

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. . DE. A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspectos Sócio-ambientais e Econômico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis. **Brazilian Business Review**, v. 1, n. 2, p. 74– 74, 2004.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Economia e Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56–76, 2005.

FALCÃO, E. Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas. **Caderno de Estudos**, n. 12, p. 01–13, 1995.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. Relatório de Gestão 2020. Disponível em < <https://futebolpaulista.com.br/Repositorio/Institucional/Estatuto/637583204775682693.pdf>> Acesso em 20/08/2021.

FERREIRA, A. C., & DONATO, S. V. (2014). A evidenciação contábil dos ativos intangíveis em clubes de futebol: um estudo feito nas Demonstrações Contábeis do Sport Club Corinthians Paulista. **IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco**. Anais... Olinda, 10.

FIGUEIREDO, G. H.; DOS SANTOS, V.; DA CUNHA, P. R. Práticas De Evidenciação Em Entidades Desportivas: Um Estudo Nos Clubes De Futebol Brasileiros. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p. 01, 2017.

GALVÃO, N. M. S.; MIRANDA, L. C. Participação e Evidenciação de Atletas nos Demonstrativos Contábeis de Clubes de Futebol Brasileiro. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 112– 131, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2002.

GOMES JUNIOR, F. A. F. Evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis de clubes brasileiros de futebol: um estudo à luz do CPC 04 e das NBC (ITG 2003 (R1)). 2018. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOLANDA, A. P. et al. Incentivos econômicos do nível de disclosure contábil dos clubes de futebol profissional brasileiros. **11o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 1-7, 2011.

HOLANDA, Sandra de Souza Paiva. Investigação da relação entre disclosure, materialidade e origem legal dos países: um estudo de transações com partes relacionadas. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, D. U.; PINHEIRO, L. E. T. Disclosure of intangible assets: a study of the brazilian soccer clubs. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 89-104, 2014.

LEMOES UMBELINO, W. et al. Disclosure em Clubes de Futebol: Estudo sobre os Reflexos da Lei do PROFUT. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 7, n. 1, p. 112, 2019.

MAÇAMBANNI, M. V. et al. Relação Entre O Nível De Disclosure Do Capital Intelectual E Características Das Companhias Listadas No Índice Bm&Fbovespa. **Revista Alcance**, v. 19, n. 3, p. 345-361, 2012.

MAIA, A. B. G. R.; CARDOSO, V. I. DA C.; PONTE, V. M. R. Práticas de Disclosure do Ativo Intangível em Clubes de Futebol. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 4, n. 1, 2013.

MAYER, R. A evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias: um estudo em clubes de futebol brasileiros. **XXV Congresso Brasileiro de Custos**, 2017.

MOTA, A. F.; MARIA, V.; PONTE, R. Disclosure and materiality: evidence in intangible assets of Brazilian football clubs. v. 15, n. 1, p. 175-200, 2016.

NETO, F. P. M. Administração e Marketing de Clubes Esportivos. Rio de Janeiro: Sprint, 1998

OLAK ALVES CRUZ, C. V.; SAMPAIO FRANCO DE LIMA, G. A. Reputação Corporativa E Nível De Disclosure Das Empresas De Capital Aberto No Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010.

OLIVEIRA, J. F. DA R. et al. Indicadores de desempenho e valor de mercado: Uma análise nas empresas listadas na bm&fbovespa. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 240-

258, 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, J. P. et al. Evidenciação contábil dos maiores clubes brasileiros segundo a Lei nº 10.672/2003. **Revista Brasileira de Contabilidade, CFC**, n. 216, p. 54-63, 2015.

PACHECO, J.; SOUZA, M. M. DE. Associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, p. 1- 28, 2019.

PRADO, T.; SILVA, F. Social de 2012 O Tratamento Contábil adotado pelos Clubes de Futebol no Registro de Atletas Profissionais e Amadores : um estudo das Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2012. **Congresso Controladoria e Contabilidade USP**, p. 16, 2014.

PROCIANOY, J. L.; ROCHA, C. F. P. DA. Disclosure das Cias Abertas: um estudo exploratório da Departamento de relações com investidores. **Angewandte Chemie International Edition**, 6(11), 951- 952., p. 1- 14, 2002.

RASCHKA, I. M.; WALLNER, R. J. G.; COSTA, K. B. DA. Contabilidade esportiva: Um estudo sobre a evidenciação das Demonstrações Contábeis dos clubes paulistas de futebol. **Congresso USP**, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.); Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76 - 97

REZENDE, A. J.; CUSTÓDIO, R. D. S. Uma Análise Da Evidenciação Dos Direitos Federativos Nas Demonstrações Contábeis Dos Clubes De Futebol Brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 3, p. 229- 245, 2012.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z. Práticas de Governança Corporativa e Indicadores de Performance dos Clubes de Futebol : uma Análise das Relações Estruturais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, p. 105-125, 2015.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SALGADO, A. L. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 13, n. 2, p. 36- 50, 2010.

REZENDE, A. J.; FACURE, C. E. F.; DALMÁCIO, F. Z. Práticas de Governança Corporativa em organizações sem fins lucrativos. **Congresso USP**, n. May, p. 2-4, 2008.

RIBEIRO, J.; FILHO, D. T. a Evidenciação Das Demonstrações Contábeis : Uma Análise Das Modificações Aplicáveis Aos Clubes De Futebol Que Disputam a Série a -. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2010.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. D. F. C. Clientes ou Torcedores: a Empresarização Do Futebol No Brasil. **Revista Alcance**, v. 13, n. 2, p. 167- 184, 2006.

RUSSANO, A.J; JÚNIOR, J.M; Contabilidade e Auditoria aplicadas às entidades



esportivas: um estudo sobre os clubes de futebol no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 164, p. 52-65, jan. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/725>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SALGADO, A. L.; REZENDE, A. J.; DALMACIO, F. Z. Uma análise do nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. v. d, p. 2007, 2008.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais Brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 37-49, 2008.

SANTOS, L. M. V. V. **A evolução de gestão no futebol brasileiro**. [s.l: s.n.].

SEGAL, E. A.; PRADO, T. A. DOS R.; SILVA, M. A. DA. NBC ITG 2003 – UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELACIONADAS A ATLETAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS NO ANO DE 2013 Emily. **I Congresso UFU de Contabilidade**, 2015.

SEVERINO, A. J. **SEVERINO\_Metodologia\_do\_Trabalho\_Cientifico\_2007.pdf**, 2010.

SHERRY, E.; SHILBURY, D.; WOOD, G. Wrestling with “conflict of interest” in sport management. **Corporate Governance**, v. 7, n. 3, p. 267-277, 2007.

SILVA, C. A. T.; TEIXEIRA, H. DE M.; NIYAMA, J. K. Evidenciação contábil em entidades desportivas: Uma análise dos clubes de futebol brasileiros. **IX Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2008.

SILVA, J. A. FELGUEIRAS DA; CARVALHO, F. A. AZEVEDO DE. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 6, p. 96-116, 2009.